

ATA DA 103ª (CENTÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

1 – Data, hora e local da realização:

Reunião realizada no dia 12 (doze) do mês de agosto de 2022. Em atendimento à recomendação contida no Decreto nº 65.897/2021, que dispõe da medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e dá providências complementares, a 101ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo virtual – 14:00 às 16 horas.

2 – Participantes:

Alessandra Valéria Tolentino Stief
Afonso Antonio Hennel – membro do CAE
Carla Cristina de Oliveira Poletti
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE

Secretaria de Governança:

- Leila Cristina P. R. Serrano

3 - Assuntos:

3.1 - Iniciados os trabalhos foram realizadas considerações relacionadas as atas do Comitê que estão pendentes de aprovação e consequente assinatura.

3.2 – REFER

Dra. Ana Paula De Raeffray – escritório Raeffray Brugioni Advogados + GFH + GRJ

Documentos disponibilizados:

- REFER - 2022.09.12apresentacaauditoria.

Estiveram presentes para acompanhar a apresentação da Dra. Ana Paula Raeffray os Srs. Ivan Aparecido de Souza Moreno - GFH, José Antonio Magri - GFH, Maria Regina Scurachio Salles Alvarenga – GRJ, Caio Augusto de Moraes Forjaz – GRJ, Marlí Cândido Dutra – GFS e Juliana Stark – DRAU.

Após as apresentações a Dra. Ana Paula fez um breve relato do histórico das ações referentes ao Plano de Benefícios da REFER, considerando a nova composição do Comitê de Auditoria Estatutário, destacando como ponto crucial do referido plano a questão do equacionamento do déficit atuarial e da gestão do plano de benefícios pela REFER.

A seguir foram colocadas as seguintes informações: i) dados gerais do Plano; ii) informações sobre o Acordo Judicial celebrado entre a União Federal x CBTU X REFER, o qual resultou no plano de equacionamento do déficit apurado no plano de benefícios desde 2000, cujas condições vem sendo honradas pela CBTU até a presente data ; iii) em 2021, com o reconhecimento contábil pela REFER da integralidade do valor da dívida da CBTU, o Plano de Benefícios passa a ser superavitário, muito embora o valor da dívida ainda não tenha se realizado integralmente; iv) detalhes da amortização da dívida pela CBTU, que gerou a cobrança de 15% de taxa de administração pela REFER; v) fechamento do Plano para novas adesões; vi) procedimentos de para destinação e contabilização dos valores destinados ao equacionamento do déficit do plano de benefícios, resultando na revalorização das quotas dos planos de contribuição definida e de contribuição variável administrados pela REFER;

vii) aspectos relevantes do plano de benefícios; viii) medidas que podem ser adotadas após a operação de fechamento do Plano para novas adesões.

Após os destaques foram feitas as seguintes considerações:

- a CPTM notificou a REFER questionando a cobrança da taxa de administração de 15% incidente sobre o total da dívida assumida pela CBTU/União Federal, sendo que referida notificação não foi, até a presente data, respondida pela REFER;
- possibilidade de judicialização da cobrança da taxa de administração, caso não se obtenha amigavelmente uma solução para a questão por parte da REFER;
- o fechamento do plano para novas adesões está na fase de divulgação aos participantes e assistidos que se encerrará em 19/09/2022;
- após a fase de divulgação a operação de fechamento do plano para novas adesões será submetida ao licenciamento pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar;
- os órgãos de governança da REFER vem suscitando que o Relatório Atuarial elaborado pela E&Y, para subsidiar o Acordo Judicial firmado entre REFER/CBTU e União Federal pode não ter apurado o valor efetivamente necessário ao equilíbrio técnico dos planos afetados pela dívida da CBTU, inclusive o da CPTM.;
- a reversão contábil integral do valor da dívida provocou a revalorização da cota dos planos de contribuição definida e contribuição variável administrados pela REFER, especial do plano patrocinado pela CENTRAL, levando à concessão de benefícios e resgates com cota valorizada. O plano da CPTM é de benefício definido, não sendo alcançado pela revalorização de cotas;
- a REFER deveria ter levado a efeito, inclusive como determinado pela PREVIC, o provisionamento de devedores duvidosos para a totalidade da dívida até 2012, sendo certo que como ela não adotou essa providência e houve o reconhecimento integral do valor da dívida, com o advento do equacionamento pela União Federal/CBTU, restou possibilitada a revalorização das cotas dos planos de contribuição definida e de contribuição variável.

Aspectos relevantes destacados pela Dra. Ana Paula:

- diante dos critérios contábeis adotados pela REFER, com a revalorização das cotas dos planos de contribuição definida e de contribuição favorável a CBTU notificou a REFER e a PREVIC de que suspenderá o pagamento da dívida, caso não sejam adotadas medidas para que a cotas se mantenham em seus valores originários e seja recuperado os valores dos benefícios e dos resgates pagos indevidamente, posto que estaria a REFER dando destinação indevida aos valores pagos pela União Federal. Eventual suspensão do pagamento da dívida pela CBTU/União Federal, afeta o plano da CPTM, podendo gerar o comprometimento do pagamento dos benefícios contratados.
- a total falta de transparência dos gestores da REFER, com a sonegação de informações de interesse da CPTM como patrocinadora de plano de benefícios;
- a CPTM também precisa acompanhar a aplicação das reservas garantidoras do plano de benefícios em investimentos com baixo ou nenhum retorno e a concentração de valores em ativos imobiliários, contrariando as normas que regem os investimentos dos fundos de pensão, gerando desenquadramento do plano patrocinado pela CPTM dos limites qualitativos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

Após a concretização do fechamento do Plano a CPTM poderá adotar as seguintes medidas:

- i) avaliar a possibilidade de transferência de gerenciamento do Plano para outra empresa;

ii) ingressar medida judicial visando impedir o desconto da taxa de administração (15%) a ser proposta pela CPTM em face da REFER; iii) solicitar auditoria de investimentos e auditoria atuarial para avaliação do patrimônio do plano; iv) solicitar a prestação de contas em face dos dirigentes da REFER, com a exibição de documentos.

Foi ainda informado que, com relação as ações adotadas pela REFER, a CBTU notificou a PREVIC da possibilidade de suspensão do pagamento da dívida e que a CPTM solicitou o agendamento de reunião com a REFER para externar a preocupação com a falta de transparência e dificuldade na obtenção de informações.

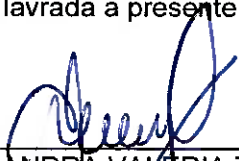
Comentários e Sugestões do CAE

O CAE agradece a apresentação reforça a necessidade de acompanhamento da Gerência Jurídica da CPTM e, recomenda que a diretoria seja diligente nas ações a serem adotadas logo após a concretização do Fechamento do Plano para novas Adesões, sendo necessário o envolvimento da área de Riscos, Recursos Humanos e Jurídico da Companhia.

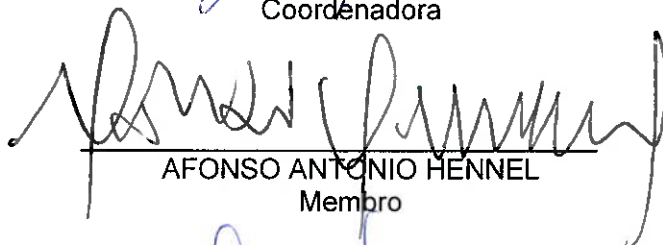
NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.




ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Coordenadora



ALESSANDRA VALÉRIA TOLENTINO
STIEF
Membro



AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro



CARLA CRISTINA DE OLIVEIRA
POLETTI
Membro



LEILA CRISTINA P. R. SERRANO
Secretaria